

Marxismo e educação: os impactos da revolução Russa no debate educacional

Túlio César Dias Lopes*

Resumo: A revolução russa de 1917 causou um forte impacto na luta de classes a nível internacional. Em diversos países surgiram partidos e organizações revolucionárias inspiradas na experiência bolchevique e na construção do poder soviético. O debate educacional no campo marxista ganha fôlego a partir da Revolução. Na Rússia soviética, os bolcheviques com destaque para a Lenin, Krupskaja e Pistrack promovem diversas alterações na legislação educacional e desenvolvem experiências educacionais vinculando educação e trabalho, na perspectiva da politécnica. Simultaneamente na Europa Ocidental e na América Latina pensadores marxistas promovem discussões e experiências educativas a partir da organização política e cultural dos trabalhadores e da juventude. Na Itália, Antônio Gramsci participa da organização dos conselhos de fábricas e contribui com seus escritos na discussão sobre educação e trabalho. Na América Latina, o peruano José Carlos Mariátegui, atua na formação da Central Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP), na Universidade Popular Gonzalo Prada e através de seus ensaios e outros escritos trata da questão da educação vinculada a questões sócio-econômicas, políticas e culturais. Para além da educação escolar e dos muros acadêmicos estes pensadores tratavam a educação vinculada à luta política revolucionária. Este trabalho busca analisar estas experiências históricas tendo em vista os desafios contemporâneos da organização política e de uma educação emancipadora na perspectiva da revolução.

Palavras-chave: Marxismo – educação – trabalho – revolução

Marxism and education: the impacts of the Russian revolution on the educational debate

Abstract: The Russian revolution of 1917 caused a strong impact in the class struggle to international. In many countries revolutionary parties and organizations have emerged inspired by the Bolshevik experience and the construction of Soviet power. The educational debate in the Marxist camp gains breath from the Revolution. In Soviet Russia, the Bolsheviks, notably Lenin, Krupskaja and Pistrack, promoted various educational legislation and developed education and education from a polytechnic perspective. Simultaneously in Western Europe and Latin America, Marxist thinkers promote discussions and educational experiences based on the political and cultural organization of workers and youth. In Italy, Antônio Gramsci participates in the organization of factory councils and contributions with his writings in the discussion about education and work. In Latin America, the Peruvian José Carlos Mariátegui, works in the formation of the Central General of Peruvian Workers (CGTP), at the Gonzalo Prada Popular University and through his essays and other writings on the issue of education linked to socio- Cultural. In addition to school education and academic walls, these thinkers treated education linked to the revolutionary political struggle. This paper seeks to analyze these historical experiences in view of the contemporary challenges of political organization and emancipatory education in the perspective of revolution.

Keywords: Marxism - education - work - revolution

* Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Diversas experiências educacionais alternativas surgiram a partir da Revolução Russa de 1917, marco da possibilidade objetiva da formação de um projeto político pedagógico educacional viável e referenciado nos pressupostos teóricos elucidados por Marx e Engels, e outros pensadores marxistas. Neste artigo, abordamos alguns elementos importantes, presentes na obra de Marx e de outros pensadores marxistas, sobre Educação. Ao analisar alguns elementos centrais do debate sobre “marxismo e Educação” observamos a riqueza, pluralidade e diversidade de correntes do campo marxista que estão aprofundando, desenvolvendo e enriquecendo esta temática atual e necessária para pensarmos estrategicamente a possibilidade histórica da ofensiva socialista na perspectiva do comunismo.

Sublinhamos que na terceira tese sobre Feuerbach, Marx afirma que “A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”. Nesta passagem, Marx ressalta que “a coincidência do ato de mudar as circunstâncias com a atividade humana ou autotransformação pode ser compreendida e entendida de maneira racional apenas na condição de práxis revolucionária”. Em outras palavras, na medida em que o homem age sob as circunstâncias transformando-as, tende a ser também, condicionalmente transformado.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels defendem a “educação pública gratuita para todas as crianças” (MARX, 2012, p.205), afirmando a ideia da combinação da instrução com a produção material. Nesta perspectiva histórica, à extensão e gratuidade, da educação para todas as crianças significava a ampliação dos direitos sociais fundamentais para o processo revolucionário e para o projeto emancipatório, naquele momento histórico.

Marx aponta claramente que, a partir da crítica à sociedade capitalista, torna-se necessária “sua transformação para a construção de uma nova sociedade e, conseqüentemente, um novo ser humano”(LOMBARDI, 2005, p.20).É nesta direção “que Marx defende, em sentido amplo: uma “proposta” de uma educação omnilateral¹, em oposição à unilateralidade da educação burguesa”.

¹ No que se refere a omnilateralidade, Justino (2009, p.111-112) nos apresenta uma importante definição em Marx: A omnilateralidade em Marx é um tipo de formação que representa o amplo desenvolvimento das mais diferentes possibilidades humanas, como um todo, nos planos da ética, das artes, da técnica, da moral, da política, da ciência, do espírito prático, das relações intersubjetivas, da afetividade, da individualidade, etc.

Outra questão levantada sobre a relação entre a educação e o sistema capitalista, refere-se precisamente, “a ação do Estado”, sua responsabilidade em relação a educação (a partir da Revolução Francesa de 1789) e a utilização da Educação para a reprodução social. Lombardi (2005, p. 11-12) afirma que: Marx e Engels não rejeitaram, mas assumiram as conquistas teóricas e práticas da burguesia no campo da educação, tais como: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural e primazia do trabalho. Por outro lado, estas conquistas eram insuficientes, pois no capitalismo elas não se universalizam para o proletariado, e o trabalho na forma burguesa é vinculado a exploração do capital.

Marx em 1872, em seu célebre texto *Crítica ao Programa de Gotha do Partido Sócio Democrata Alemão*, nos apresenta alguns elementos que nos leva a reflexões importantes tais como: o papel da educação no processo de transformação social e a combinação do trabalho produtivo com o ensino. Estes elementos, nos servem para exemplificar a atualidade de algumas premissas marxianas básicas, referentes a possibilidade objetiva da articulação da educação com a luta socialista.

Marx (2012, p. 442) ao analisar a situação dos adolescentes nas cidades urbanas da sociedade capitalista, tece alguns comentários sobre o papel da educação no processo de transformação social. Marx chama a atenção para o papel das Escolas Técnicas (teóricas e práticas) combinadas com as Escolas Públicas. A necessidade de “subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da igreja”. E, de forma crítica aponta a seguinte ironia: “É o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa”. A perspectiva da revolução social permeia toda a análise educacional de Marx. Ele ainda, nos apresenta a seguinte questão, sobre a combinação do trabalho produtivo com o ensino:

regulamentada severamente a jornada de trabalho segundo as diferentes idades e aplicando as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual. (MARX, 2012: 444).

A problemática ligada à população carcerária, também foi abordada por Marx. Ele aponta que o trabalho produtivo é a única forma de ressocialização da população carcerária, onde em todo caso, deveria proclamar-se claramente que não se desejava, por temor à concorrência, ver delinquentes comuns tratados como bestas e, sobretudo,

que não se queria privá-los de seu único meio de corrigir-se: o trabalho produtivo. (MARX, 2012, p. 444)

No tocante a articulação presente na obra marxiana entre Trabalho e Educação², diversos autores marxistas se debruçam sobre esta temática, ressaltando ser o trabalho o elemento central para o processo formativo do ser social, mediado pela educação.

Marx em *O Capital* apresenta uma definição precisa do Trabalho³. Onde:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p.255)

Esta perspectiva de análise supera diversas concepções idealistas que viam no trabalho apenas seu elemento negativo, ou seja, “a exploração do homem pelo homem”. Del Roio (2015, p.158) a partir do referencial teórico do materialismo dialético firma que “está no trabalho o patamar fundamental do ser do homem”. (2015,p.158).

Ao estabelecer uma conexão entre a transição socialista e a formação humana e educacional, destacamos que neste processo, torna-se necessário a ruptura na clássica separação entre trabalho manual e intelectual predominantes no capitalismo.

(...) no começo da transição socialista ainda rege a lei do valor e o direito burguês. Ainda que a propriedade privada tenha sido abolida, o produto do trabalho continua desigual, de modo que cada um deve receber segundo o que produziu, ou seja, de modo desigual. Considere-se também que cada um conta com uma formação humana e educacional também herdada do capitalismo, em que a separação

² Tonet (2015, p. 207-208), nos apresenta sua visão da distinção entre Trabalho e Educação. Por trabalho ele compreende que “é a única categoria que faz a mediação entre o homem e a natureza. Só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana” A Educação, por sua vez, “é uma mediação entre os próprios homens, ainda que ela possa estar relacionada, de modo mais próximo ou mais longínquo, com o próprio trabalho. Esta distinção, segundo o autor, trata-se de um fato ontológico, que deixa claro “a natureza fundante da categoria do trabalho e a natureza fundada da categoria da Educação (2015, p.208).”

³ Souza Junior (2012, p.17) afirma que “o trabalho em Marx, é a categoria central da produção e reprodução da vida humana, a atividade primária, necessária e natural do homem”. Neste sentido, concebe o trabalho na perspectiva de análise marxista “como objetivação e autodesenvolvimento humano, como auto mediação necessária do homem com a natureza, constitui esfera ontológica fundamental da existência humana e, portanto, a última base de todos os tipos e formas de atividade”. Conclui que “através dele sucede uma dupla transformação: a da natureza exterior e inorgânica e a da própria natureza do homem”.

entre trabalho manual e intelectual predomina. É somente mais tarde: Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: de cada um segundo suas capacidades , a cada um segundo suas necessidades (MARX, 2012, p.32).

Del Roio (2015, p.160) sustenta que, em Marx, nos é apresentada a “necessidade de educar por meio da indignação e da denúncia, mas também da teoria e da prática, da filosofia da práxis”. Entretanto uma questão permeia esta necessidade, sem uma base material capaz de dar sustentabilidade prática “não haveria qualquer possibilidade de transformação radical” na educação e na sociedade de maneira geral.

Assim sendo, a educação, nos limites do capitalismo, não supera os limites da revolução política: uma revolução política é uma revolução parcial, e é parcial exatamente porque uma parte da sociedade civil se emancipa e se coloca como representante dos interesses gerais, quando na verdade está a postular a sua supremacia geral. (Del Roio, 2015, p.160).

Podemos afirmar que, na perspectiva marxiana a questão central não é a revolução política, e sim a revolução social. E o objetivo principal da revolução social é a emancipação humana. A emancipação da classe trabalhadora é possível através da ação política cultural do proletariado, tendo como alvo central a superação da exploração do capital sobre o trabalho.

Marx, no *Manifesto Comunista*, de 1848, reforça o papel decisivo do proletariado, enquanto classe revolucionária capaz de superar os limites da sociedade burguesa. Ressalta que “o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado⁴” (MARX, 2012, p.197).

⁴ Dado o antagonismo de classe e o papel histórico do proletariado. A teoria posta em cheque mediante a práxis revolucionária nos apresenta a necessária resistência a exploração capitalista. Segundo Del Roio: “É com o proletariado se fazendo classe, classe antagonista à propriedade privada e ao Estado. Para isso é necessário encontrar formas de organização coletiva e de auto-educarão, a qual exige a busca de uma nova atividade sensível orientada pela teoria, a dizer, pela filosofia da práxis. O proletariado se faz classe na luta de resistência contra a exploração capitalista, mas isso não basta, pois é preciso a teoria para que a práxis se efetive”. (Del Roio, 2015, p.164-165).

Ainda nesta obra, identificamos uma importante passagem sobre a educação, na qual Marx sublinha que “os comunistas não inventam a ação da sociedade sobre a educação; apenas transformam o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante” (MARX, 2012, p.197).

Em síntese, Lombardi sublinha:

(...) Em linhas gerais, a concepção marxista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica, associação entre educação e produção material, educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos, inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é o trabalho, o estudo e o lazer.(2011, p.356-357)

Estas concepções foram desenvolvidas por diversos pensadores marxistas ao longo do século XX, tendo um forte impulso a partir da revolução russa de 1917.

Lenin, Educação e Revolução

Lênin⁵ foi o principal dirigente do “Partido Bolchevique na Revolução de outubro de 1917, que levou ao poder na Rússia o primeiro Estado Socialista do mundo”. Através da Internacional Comunista (1919-1943) “suas concepções se espalharam por todo o mundo, definindo o Comunismo moderno, em oposição à socialdemocracia”. (BOTTOMORE, 1988, p. 211).

Carvalho (2006, p.110-11) aponta quatro elementos fundamentais da concepção marxista-leninista de educação. Em primeiro lugar, destaca-se a reforma pedagógica impulsionada na Rússia após a revolução de outubro de 1917. Tornando-se viável, somente quanto o proletariado assumiu o controle dos meios e instrumentos de produção material e intelectual. Em segundo lugar, destaca a educação política. Esta, vinculada especialmente aos interesses da classe operária e dos camponeses pobres. Lênin atribuía papel decisivo à agitação e propaganda para viabilizar esta dimensão da educação. Em terceiro lugar, é destacada a prática social do “educador comunista” no terreno da educação pública. Por último, é possível afirmar que nesta concepção a transformação estrutural da escola passa, necessariamente, pela transformação estrutural

⁵Vladimir Ilitch Ulianov, Lênin nasceu na Rússia em 22 de abril de 1870. É considerado o “mais influente líder e teórico político do marxismo no século XX”. É atribuída a Lênin a revitalização da “teoria da revolução do marxismo, ao acentuar a importância da luta de classes ser dirigida por um partido coesamente organizado”. No campo do marxismo seu estudo sobre “Imperialismo, como estágio final do capitalismo” em que “estariam dadas as condições para uma revolução proletária internacional, que se estabelecerá e se manterá pela força, numa ditadura do proletariado transitória”.

da sociedade capitalista. Somente a transformação estrutural da sociedade capitalista. Cabe destacar ainda que, nesta perspectiva, a escola é considerada ao mesmo tempo um espaço de reprodução social e um lócus onde se trava a luta de classes.

Durante o processo revolucionário russo, Lênin - Vladimir Ilitch Ulianov, atribuiu um papel de destaque aos estudantes na luta acadêmica e na luta política. Abordaremos, especificamente, alguns temas correlatos ao movimento estudantil. Extraíndo alguns ensinamentos e orientações que nos parecem atuais, tendo em vista a luta dos estudantes e as tarefas históricas dos comunistas.

Na vasta obra bibliografia escrita por Lênin, podemos destacar alguns fragmentos de textos abordando a luta dos estudantes. No artigo “Por onde começar?” (Publicado em maio de 1901, no ISKRA) o revolucionário Russo destaca a necessidade do Partido apoiar os estudantes:

[...] A tarefa que se nos depara é relativamente fácil: apoiar os estudantes que saíam para a rua, nas grandes cidades. É possível que amanhã se nos apresente uma tarefa mais difícil, como, por exemplo, a de apoiar um movimento de operários imobilizados numa determinada região. Depois de amanhã, teremos de estar preparados para tomar parte, de um modo revolucionário, num levantamento campestino[...]. (LENIN, 1977, p.83)

A relação entre os estudantes e o movimento operário e campestino é explícita na abordagem leniniana. Aos estudantes, cabia a tarefa de apoiar as agitações operárias e os levantamentos campestinos. Ao Partido e aos operários e campestinos, o apoio e solidariedade aos estudantes era trivial e as ações do movimento operário contribuíam diretamente para emular o “espírito revolucionário” e promover a luta das outras camadas sociais.

Em um texto publicado na revista Zaria em 1901, Lênin destaca uma lição a aprender:

... Devemos extrair dela (a lição da ação dos socialdemocratas) uma lição renovada da onipotência do movimento operário que dirigimos, observando como a agitação existente na classe revolucionária de vanguarda se transmite a outras classes e camadas da sociedade, que essa agitação conduziu não só a um auge jamais visto do espírito revolucionário no seio da estudantada, mas também ao início do despertar da aldeia e robustecimento da confiança em si próprios e disposição para a luta em grupos sociais que (como grupos) se mantinham até agora pouco sensíveis.”(1977, p.79).

Em nota, no mesmo texto, Lênin conclui sublinhando que “talvez a história também queira atribuir ao estudantado o papel de promotor no choque decisivo. De qualquer modo, para vencer esse choque, torna-se imprescindível o auge das massas do

proletariado, e é nosso dever ocupar-nos quanto antes da elevação do grau da sua consciência, espírito de luta e organização” (LENIN, 1977, p.79). Lênin se referia à crescente agitação nos meios estudantis em Kiev, Petersburgo e outras cidades, além da formação de grupos estudantis revolucionários em Odessa.

Ao tratar do recrutamento militar forçado de 183 estudantes nas fileiras do exército, acusados de agitação nas universidades. Lênin destaca em sua monumental obra *Que Fazer?* que o jornal ISKRA publicou um artigo sobre o fato “e antes que qualquer manifestação principiasse, exortou diretamente ‘o operário a acudir em auxílio do estudante’, exortou o ‘povo’ a contestar abertamente o insolente desafio do governo...”. (LENIN, 1977, p.80).

A influência liberal entre os estudantes também foi identificada, analisada e repelida. Ao destacar o papel do Comitê executivo dos estudantes de Moscovo, Lênin dizia que:

os estudantes que, começando a compreender a necessidade da luta política, a empreenderam e, ao mesmo tempo, fustigamos ‘a bárbara incompreensão ‘dos partidários do movimento ‘puramente universitário’ que incitam os estudantes a não participar nas manifestações de rua... quem vir em semelhante tática um obscurecimento da consciência de classe do proletariado e um compromisso com o liberalismo revela que não compreende de modo algum o verdadeiro sentido do programa do ‘Credo’ e, na realidade, aplica precisamente esse programa, por muito que o repudie! Porque, por isso mesmo, arrasta a socialdemocracia para ‘a luta econômica contra os patronos do governo’ e retrocede perante o liberalismo, renunciando à tarefa de intervir ativamente em cada problema de natureza ‘liberal’ e determinar, em face de cada um desses problemas, a sua própria atitude, a sua atitude socialdemocrata. (LENIN, 1977, p.80-81).

Sobre a organização dos estudantes no partido, Lênin destaca a necessidade da formação de comitê de revolucionários profissionais. Na perspectiva que o líder revolucionário russo elucidava:

[...] ‘um comitê formado por estudantes não nos convém, porque é instável. Absolutamente justo! Mas a conclusão a extrair daí consiste em que faz falta um comitê de revolucionários profissionais, sem que interesse se são estudantes ou operários que se mostram capazes de se forjar como revolucionários profissionais’(...) Permiti-me uma pergunta: de que modo ‘estimularam’ os nossos estudantes, até agora, os nossos operários? Unicamente proporcionando-lhes os fragmentos de conhecimentos políticos que possuíam, os fragmentos de ideias socialistas que tinham podido adquirir (pois o principal alimento espiritual do estudante dos nossos dias, o marxismo legal, ‘só lhe pode fornecer o abecedário, só lhe pode fornecer fragmentos) [...] (LENIN, 1977, p.81).

Além da propagação das ideias revolucionárias, era necessário substituir os métodos primitivos de organização por uma organização forte e sólida, formada por estudantes, intelectuais, camponeses e operários.

Ao abordar a questão das agitações estudantis a favor de questões acadêmicas, ao invés de repudiar aprioristicamente tais ações, Lênin destacava a necessidade de impulsionar o movimento associando à luta acadêmica as lutas políticas. Os estudantes socialdemocratas tinham uma tarefa objetiva nas instituições acadêmicas:

A nossa tarefa reside em explicar à massa de protestantes 'acadêmicos' a significação objetiva do conflito, em procurar convertê-lo num movimento político consciente, em duplicar a ação de agitação dos grupos sociais-democratas de estudantes e orientar toda essa atividade para que sejam assimiladas as conclusões revolucionárias da história de três anos, para que se compreenda a inevitabilidade de uma nova luta revolucionária, para que as nossas velhas aspirações – que continuam sendo plenamente atuais – de derrube da autocracia e de convocatória da Assembléia Constituinte tornem a ser objeto de discussão e pedra-de-toque da concentração política das gerações viçosas da democracia. (LENIN, 1977, p.38)

A renúncia a luta nas instituições acadêmicas era tida como um traço liberal a ser combatido. A tarefa dos estudantes sociais-democratas era organizar e impulsionar a luta dentro das instituições acadêmicas, associando às lutas políticas gerais, encabeçadas pelo partido e protagonizadas pelos movimentos operários e camponeses.

Os estudantes sociais-democratas não tem o direito de renunciar a semelhante atividade, quaisquer que sejam as circunstâncias, qualquer que seja essa atividade no momento presente; por muitos que sejam os insucessos sofridos por uns ou outros agitadores numa ou outra universidade, associação de estudantes, assembleia, etc, dir-lhe-emos: “Batei e abrir-vos-ão a porta” O seu êxito não se mede apenas pelo fato de termos conseguido, agora e aqui, a maioria ou acordo para a ação política coordenada. É possível que não o consigamos no momento: precisamente por sermos um partido proletário organizado, não nos devemos perturbar com os reveses transitórios, mas realizar a nossa ação com tenacidade, de forma imutável, com firmeza e mesmo nas condições mais difíceis. (LENIN, 1977, p.38-39)

Krupskaia, ao tratar sobre a Educação Comunista, enfoca o papel de Lênin na luta por uma escola politécnica. Em artigo publicado na *Revista Educação Comunista*, em 1932. Krupskaia enfatiza que: “Vladimir Ilich concedeu sempre muita importância à educação da jovem geração. Via na escola um meio de preparar a sociedade sem classes e reeducar a jovem geração no espírito do comunismo”. (KRUPSKAIA, s/d, p.167).

Lênin⁶, tratando das tarefas do comissariado para a educação, apresentou a seguinte formulação sobre a Escola: “ensino gratuito, obrigatório, geral e politécnico (Que de a conhecer, na teoria e na prática, todos os ramos fundamentais da produção), para todos os jovens de ambos os sexos até aos 16 anos; relação íntima do ensino com o trabalho social produtivo dos jovens”. Krupskaja reforça que “Ilith realçava particularmente, no projeto de programa, a obrigatoriedade do trabalho social produtivo dos jovens”. (KRUPSKAIA, s/d, p.169).

Após a tomada do poder, Lênin defende que o “Comissariado de Instrução Pública tratasse de dar vida à escola politécnica. Ao analisar este processo Krupskaja enfatiza que:

Foi necessário fazê-lo sem a mínima experiência, no meio de uma colossal confusão econômica. Principiou-se pela fundação de escolas experimentais. Nos seus primeiros passos, o ensino ‘politécnico’ era muito limitado e manifestava-se fundamentalmente no auto-serviço, no trabalho em oficinas de carpintaria, costura e encadernação. Lenine queria que se organizasse com todo o rigor, em todos os centros docentes, o ensino de eletrificação e chegou a esboçar um plano de trabalho. Sucedeu isto em Dezembro de 1920. (KRUPSKAIA, s/d, p.169).

Ao avaliar o processo de instrução pública na União Soviética Lênin, segundo Krupskaja, atentava para o fato de que havia diferentes avaliações sobre a politécnica:

Considerava que se avançava muito devagar na politecnização da escola soviética. No Comissariado de Instrução Pública, havia uma corrente que pretendia imprimir, em primeiro lugar, um caráter profissional à escola, negava a necessidade do ensino politécnico e defendia a monotécnica. (KRUPSKAIA, s/d, p.170).

Lênin atribui a N. Krupskaja, a tarefa de desenvolver um estudo minucioso sobre esta questão. Promover a educação politécnica na sociedade soviética. Lênin (KRUPSKAIA, s/d, p.170) observava que era necessário “enaltecer a importância transcendente do ensino politécnico (...) estimava que a escola politécnica contribuiria para assentar a base em que se construiria a sociedade sem classes” e recomendava “a aplicação imediata do ensino politécnico”. Aqui reside a principal contribuição de Lênin para o debate sobre a Educação escolar. Através da escola politécnica, a da educação

⁶ Lênin foi filho de um pedagogo e em seus estudos “lia atentamente o que Marx e Engels escreveram sobre a escola e a união do estudo ao trabalho produtivo”. Lênin defendia a “escola de trabalho obrigatória que proporcionasse conhecimentos importantes e na qual todos os alunos trabalhassem”. Lênin “sempre consagrou muita atenção ao trabalho dos jovens, escrevendo acerca da necessidade de proteger severamente esse trabalho e despertar nos rapazes desde tenra idade, o interesse pela política. (KRUPSKAIA, s/d, p.167-168).

comunista contribuiria para a edificação de uma sociedade sem classes, uma sociedade comunista.

Krupskaia observa ainda que “Lenine diz que as escolas profissionais devem ser politecnizadas sem cair no artesanato, que se torna necessário reservar nela lugar para o ensino de conhecimentos gerais, insistindo em que se lhes deve imprimir um caráter politécnico”. (KRUPSKAIS, s/d, p.171).

Em alguns artigos como *Sobre o trabalho do Comissariado de Instrução Pública*, aparecido em Fevereiro de 1921, e *Diretrizes do Comitê Central aos funcionários comunistas do Comissariado de Instrução Pública*, elaborados por Lênin destaca-se a atenção ao ensino politécnico:

É indispensável imprimir um caráter politécnico à escola e unir o ensino profissional e técnico ao politécnico, que o Colégio do Comissariado de Instrução Pública deve elaborar programas, para os tipos fundamentais de centros docentes, dos cursos, lições, leituras e trabalhos práticos, mencionando-se igualmente que é necessário incorporar o maior número possível de técnicos e agrônomos no ensino profissional-técnico e politécnico e utilizar todas as empresas fabris ou agrícolas que possuam um grau conveniente de organização. (KRUPSKAIA, s/d, p.172).

Krupskaia destaca, ainda, o vínculo entre Trabalho e Educação onde “somos pelo trabalho produtivo dos jovens, mas opomo-nos a que o trabalho produtivo desloque o estudo”. (s/d, p.173). A educação na sociedade soviética apresenta suas diretivas:

O caminho percorrido no que se refere à organização da escola politécnica⁷ proporcionou-nos muitos ensinamentos. É necessário aprender ainda mais para organizar uma verdadeira escola politécnica. Organizá-la-emos em marchas forçadas e tal como Lenine queria. (KRUPSKAIA, s/d, p.173).

Na literatura soviética, destacam-se os textos “oficiais” sobre o pensamento de Lênin, ou seja, produzidos pelo Estado Soviético encontramos o pensador russo Koroliiov, ele destaca que:

V.I. Lenin enfoca o esclarecimento dos principios fundamentais da concepção de educação e ensino nas condições do regime socialista, desde este ponto de vista ampliou-se a perspectiva social. Promoveu com prioridade o objetivo histórico: formar na escola homens universalmente desenvolvidos da

⁷ Ao abordar a importância da politecnicidade para a compreensão da relação entre trabalho e educação, Justino (106-107) destaca que: A proposta marxiana em si, não se opõe radicalmente à concepção burguesa de politecnicidade, pois incorpora sua ideia central, que, inclusive motiva seu nome: a noção da formação polivalente. Entretanto, Marx submete a concepção burguesa de politecnicidade à crítica dos seus fundamentos, desmistificando os interesses do capital e rechaçando as concepções de homem, de trabalho, de sociedade e de educação a ela subjacentes. Marx parte da noção mesma da polivalência como uma necessidade objetiva da indústria moderna, mas empreende uma crítica radical desta noção de formação precisamente porque ela reduz o homem à força de trabalho produtora de mercadorias.

sociedade comunista. Este objetivo demanda a unidade da instrução, da educação e do ensino, a indissolúvel conexão da escola e a vida.⁸ (KOROIOV, 1977, p.169)

Dentro dos marcos do Estado Soviético, a educação na perspectiva apresentada por Lênin, e sistematizada por Krupskaja, seria capaz de formar os homens (homens e mulheres) plenamente desenvolvidos, contribuindo decisivamente para superar a divisão da sociedade em classes e viabilizar a sociedade comunista.

Ao relatar sua experiência pedagógica na condução de uma instituição de ensino, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), M.M. Pistrak reafirma a importância da educação no processo revolucionário. Para Pistrak:

Desenvolver a educação das massas, condição da consolidação das conquistas e das realizações revolucionárias, significa fazê-las compreender seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da classe vitoriosa. A revolução e a escola devem agir paralelamente, porque a escola é a arma ideológica da revolução. (PISTRAK, 2011, p.24).

Relacionando Educação e Trabalho, Pistrak afirma que “a base da educação comunista é antes de tudo o trabalho imaginado na perspectiva de nossa vida moderna, o trabalho concebido do ponto de vista social, na base do qual se forja inevitavelmente uma compreensão determinada da realidade social”. (2011, p.86.).

As ricas experiências desenvolvidas ao longo da construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tiveram como fundamentos as ideias defendidas por Lenin, Krupskaja, Pistrak entre outros. As deturpações teóricas produzidas pelo marxismo soviético ceifaram diversos debates e experiências educacionais alternativas. Embora a educação na URSS tenha servido como vitrine e propaganda política oficial desta experiência socialista.

Gramsci e o debate sobre o princípio educativo

O filósofo italiano Antônio Gramsci⁹, em seus textos políticos-jornalísticos e em

⁸V.I. Lenin enfoca El esclarecimiento de los fundamentos principistas de La concepción de La educación y la enseñanza em las condiciones Del régimen socialista, desde El punto de vista de La amplia perspectiva social. Promovió a primer plano El objetivo histórico: formar em La escuela hombres universalmente desarrollados de La sociedad comunista. Este objetivo demanda La unidad de La instrucción, La educación y La enseñanza, La indisoluble conexión de La escuela y La vida. (KOROIOV, 1977, p.169)

⁹ Antônio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891, em Ales (Oristano, Sardenha). Ingressou no ensino médio em Cagliari e participou ativamente dos grupos juvenis que discutem os problemas econômicos e

suas cartas e cadernos escritos na prisão, apresentou uma rica contribuição teórica e conceitual que nos ajuda a compreender, entre outras coisas, o papel dos intelectuais na organização da cultura, a luta pela hegemonia¹⁰ e as atribuições do partido político. Em suas obras extensas e fragmentárias, Gramsci ousou formular algumas propostas, sugerindo a construção da escola unitária, e tratando o trabalho enquanto um princípio educativo fundamental para a superação das relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem.

A partir da leitura da obra do filósofo sardo Antônio Gramsci, buscaremos identificar conexões possíveis entre intelectuais e educação. Gramsci (2011, p.202), ressalta que tende a existir uma contradição na base do pensamento intelectual em relação ao elemento popular, ou seja, ao povo trabalhador, “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”. (...)

Clarificando sua análise, Gramsci destaca que:

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo nação. (...) Se a relação entre intelectuais e povo nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre

sociais da Sardenha. Em 1912, conclui o ensino médio e obtém uma bolsa de estudos, que lhe permite matricular-se na Faculdade de Letras da Universidade de Turim. Em 1913, ingressa na seção de Turim do Partido Socialista Italiano (PSI). Em 1915, abandona a Universidade para se dedicar integralmente ao jornalismo e à política. Participa, em setembro de 1920, do movimento de ocupação das fábricas, que culmina em derrota. Em 21 de janeiro de 1921, participa da fundação do Partido Comunista da Itália – Seção Italiana da Internacional Comunista. Em abril de 1924, é eleito deputado. Em novembro de 1926 é preso junto a outros deputados comunistas. Em outubro de 1934 lhe é concedida a liberdade condicional. Em abril de 1937 readquire liberdade plena, mas, morre no dia 27 de abril de 1937. (COUTINHO, 2011, p.41-45)

¹⁰ Del Roio (2009, p.33) afirma que Gramsci destaca que toda relação de hegemonia é, necessariamente uma relação pedagógica. Onde “é fato que em Lenin na maior parte de sua elaboração, hegemonia tinha o significado de hegemonia política, de capacidade de organizar e dirigir a luta política. Na fase de construção do novo Estado, porém, a hegemonia teria de dar conta da totalidade social, da organização da produção, das relações civis, da ética, da cultura, até mesmo nas relações internacionais. Ou seja, Gramsci amplia e resinifica o conceito de Hegemonia.

dirigentes e dirigidos, isto é, realizar-se a vida do conjunto, a única força social; cria-se o “bloco histórico”. (2011, p.202).

Ao traçar sua concepção de educação, o pensador italiano destaca o papel dos intelectuais na formação cultural dos indivíduos e apresenta a escola unitária e o trabalho como princípio educativo. Sobre os intelectuais, Gramsci (2011, p.203) destaca duas diferenças essenciais. Na primeira cabe destaque a própria função dos intelectuais. Onde podemos observar que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (...)Pode se observar que os intelectuais ‘orgânicos’, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (2011, p.203).

Os intelectuais “orgânicos” são vinculados diretamente a uma classe social determinada historicamente. Os intelectuais “tradicionais”, vinculados as estruturas acadêmicas, grupos editoriais e funções burocrático-estatais constituem, ao nosso ver, a segunda categoria típica dos intelectuais, que Gramsci em destaque:

Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (2011, p.204)

A partir destas duas categorias, Gramsci nos apresenta uma definição genérica sobre os intelectuais, onde: “Seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais.” (2011, p.206)

Gramsci destaca que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). (2011, p.208)

Reforçando a definição de intelectuais Gramsci afirma que:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo

político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011, p.208)

Gramsci ressalta que de fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada.(2011, p.209)

Ainda sobre a distinção entre as categorias de intelectuais, Gramsci sustenta que a questão central é “a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas.”(2011, p.210)

Gramsci ao tratar da formação da consciência da classe operária, atribui ao Partido Político o papel de promover e elevar a consciência da classe operária, e nos alerta para a seguinte questão:

Não é possível propor, antes da conquista do Estado, a modificação completa da consciência de toda a classe operária; isso seria utópico, já que a consciência da classe enquanto tal só se modificará quando o modo de viver da própria classe também se modificar, ou seja, quando o proletariado se transformar em classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal. (2012, p.100)

Abordando sobre os fundamentos da escola unitária, Gramsci (2011, p.215) destaca alguns elementos essenciais, tais como: a fixação da idade escolar obrigatória (dependendo das condições econômicas gerais); a responsabilização do Estado no financiamento de todas as despesas e manutenção; a função pública da educação, sem divisões de grupos ou castas; a transformação da atividade escolar, com a ampliação da organização prática da escola (prédios, materiais científicos, corpo docente etc.); a eficiência da escola (com a ampliação do corpo docente, e, redução do número de alunos por turma); e a escola em tempo integral (com dormitórios, refeitórios, bibliotecas especializadas, salas adequadas etc). Estas questões eram primordiais para a construção da escola unitária.

Neste sentido “o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social”. (GRAMSCI, p.218-219). Nosella (2009, p.48) afirma que “o conceito de escola unitária está sendo construído. Desde a combinação de educação e trabalho fabril de Marx e Engels (1847), passando pela escola politécnica de Lenin (1919) e pela escola unitária de cultura desinteressada do trabalho de Gramsci (1932)”.

Em suas observações sobre a escola, Gramsci lança as bases para a investigação do princípio educativo, o trabalho.

Com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho. (2011, 221)

Cunha (2008, p.55) alerta que “não existe uma definição explícita de atividade humana, ela está implícita, subentendida como o conjunto das operações do homem em sua ação produtora de bens e valores, no espaço do trabalho”.

Sobre as contribuições de Gramsci em relação à educação cabe destacar que o trabalho é concebido na perspectiva emancipatória, sendo necessária a transformação da sociedade para a sustentabilidade prática da proposta da escola unitária. A ausência de uma demarcação histórica sobre a proposta da escola unitária pode levar a interpretações equivocadas, por exemplo, da viabilidade da escola unitária nos marcos da sociedade capitalista.

Mariátegui e a Educação

No início do século XX, as ideias socialistas começam a circular com maior fluidez na América Latina. Vários intelectuais, líderes operários, camponeses e estudantes começam a ter acesso à literatura socialista, antes restrita a Europa. O movimento socialista internacional ganha fôlego com a Revolução Socialista Soviética na Rússia em 1917, e a organização da Internacional Comunista – KOMINTERN, no período posterior, apresenta os socialistas em outro patamar de organização internacional para um novo cenário.

Na América Latina, a Revolução Mexicana se desperta, abrindo possibilidades para reformas, rupturas e reordenamentos político e social em um Estado, como a maioria dos recentes estados latino americanos, que se conforma incorporando e excluindo novos atores políticos e sociais. O debate intelectual gerado em decorrência e iminência dessas mudanças políticas e sociais se avoluma.

A influência do movimento operário sindical europeu, do movimento popular e anti-imperialista mexicano e do movimento estudantil se manifestam com intensidade, questionando políticos e intelectuais sobre temas pertinentes às realidades sociais e históricas e as demandas por transformações políticas, culturais, sociais e econômicas.

Neste cenário destacamos as contribuições do peruano José Carlos Mariátegui¹¹. Mariátegui, foi um dos principais expoentes da Cultura Política Comunista da América

¹¹José Carlos Mariátegui nasceu em Moquegua, Sul do Peru, em 14 de junho de 1894. Em 1909 desloca-se com sua família para Lima, começa a desempenhar suas atividades profissionais como auxiliar de tipografia no Jornal *La Prensa*, um diário liberal-conservador. No Jornal *La Prensa*, das oficinas passa a redação, e a partir de 1914 começa a desenvolver sua atividade jornalística e literária. Ainda em 1916, Mariátegui integra a redação do diário *El Tiempo*. Em 1918, cria com César Falcón e Félix del Valle, a revista *Nuestra Época*. Mariátegui, cria um novo diário em 1919, intitulado *La Razón*. Ainda em 1919, o Jornal *La Razón* deixa de circular fechado pelo governo, que percebe também a necessidade de afastar Mariátegui da cena política a qual estava ligado mediante suas publicações. No final de 1919, Mariátegui embarca, a “convite” do governo peruano para a Itália. Em 1921, Mariátegui assiste ao Congresso de Livorno, que marca a fundação do Partido Comunista Italiano. Em sua estadia na Itália Mariáteguinão só estudou autores que começavam a encontrar ressonância (como Freud, por exemplo); voltou-se para a literatura socialista e comunista. Da Europa, retorna com forte influência marxista, trazendo planos e projetos. Entre 1924 e 1926, dedica-se ao trabalho político-jornalístico, assume a direção da revista *Claridad* (órgão de imprensa da Universidade Popular Gonzáles Prada) e para o jornal *El Obrero Têxtil*. Ainda em 1925, organiza a Editorial Librería-Imprensa Minerva e no ano seguinte consolida seu projeto com a publicação de seu primeiro livro *Laescena contemporânea* e o começo da circulação da revista *Amauta*. Em meio a proibições e prisões de seus membros, a Revista *Amauta* ganha prestígio internacional. Paralelamente à *Amauta*, Mariátegui dedica-se a um periódico que cria no mesmo ano, voltado para a organização política do proletariado: *Labor*, que circulará entre 1928 e 1929. Ainda em 1928, Mariátegui publica seu segundo livro os *Siete Ensayos de interpretación de la realidade peruana*. Além da atividade política-jornalística, José Carlos Mariátegui inclinou-se para a participação direta na vida política peruana. Criando em 1928, o Partido Socialista do Peru (PSP), transformado depois em Partido Comunista Peruano (PCP). Sendo-lhe atribuída a Secretária Geral (presidência) do novo partido e em 1929 a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP). No auge de suas atividades, temendo represálias, transfere-se para Buenos Aires com sua família. José Carlos Mariátegui morre em abril de 1930, sendo homenageado no Peru e em círculos socialistas e comunistas de outros países. (ESCORSIM, 2006, p.30-41)

Latina desde a primeira metade do século XX. Influenciado pelo marxismo, busco entre outras coisas analisar o processo da educação pública (ou instrução pública). Ao enfatizar a importância do condicionante econômico e sua influência sobre a educação. Afirma que não é “possível democratizar o ensino de um país, sem democratizar sua economia e, por consequência, sem democratizar a sua superestrutura política” (MARIÁTEGUI, 2011, p.115).

Mariátegui considera que “com o nascimento de uma corrente socialista e o surgimento de uma consciência de classe no proletariado urbano” (2011, p.90), incorpora no debate, um novo elemento, capaz de modificar os termos colocados pelo Estado no tratamento da Educação. A luta de classes, tende a se intensificar com o surgimento do proletariado.

O Peru de Mariátegui apresentava modificações substantivas, coincidindo o seu período de vida com o “apogeu e a crise do civilismo¹² projeto inconcluso de hegemonia burguesa, bem como o seu desfecho, na ditadura de Leguía”. (ESCORSIM, 2006, p. 17)

Mariátegui vivia em um país marcado pela hegemonia dos gamonales¹³ e frações burguesas subordinados ao imperialismo inglês. Este “quarto de século de hegemonia civilista (1895-1919), com a mesquinha política criolla, corresponde ao período em que a sociedade peruana consolidou as características que trazia dos tempos coloniais: o corte entre a costa (dinâmica e branca) e a serra (atrasada e indígena)”. (ESCORSIM, 2006, p.17).

Ainda, segundo Escorsim (2006, p.18), “as novas pressões a que a conjuntura pós-guerra (guerra com o Chile por causa da exploração do Guano e do salitre) expõe o Peru, notadamente com as incursões do imperialismo estadunidense sobre a economia andina”, caberia para um civilista o enterro do civilismo.

O governo de Leguía¹⁴ “sem desestruturar o Peru legado pela República, engrenou-o com uma lógica de modernização comandada pelo imperialismo estadunidense que sepultou completamente o projeto nacional (burguês autônomo) que estivera na base da fundação do Partido Civilista (2006, p.19)”. Mariátegui se repugnava com o civilismo e mais tarde tornara-se um forte opositor de Leguía.

12 O Civilismo expressava a ideologia e a ação do Partido Civilista, cuja base social era os grandes proprietários urbanos, os grandes fazendeiros e a parcela da população bem-posta na vida.

13 Gamonal – típico representante da oligarquia rural, proprietário fundiário que exercia poder senhorial sobre os indígenas que habitavam as suas terras.

14 Augusto B. Leguía, um civilista que enterrou o civilismo, buscando a modernização do Peru através de investimentos estadunidenses.

Neste período “que se afirma o padrão de desenvolvimento que vai articular, sob a hegemonia do imperialismo estadunidense, um capitalismo marcadamente monopolista com um conjunto econômico de características fortemente pré-capitalistas” (2006, p.19). Desta forma se configura o país de Mariátegui: “um país, em transição – a partir das estruturas econômico-sociais da república oligárquica articula-se a modernização controlada pelo imperialismo estadunidense”. (ESCORSIM, 2006, p20)

Leila Escorsim aponta três vetores decisivos para o acirramento da crise da república oligárquica: as lutas camponesas, associadas à questão da terra e a questão indígena; as lutas estudantis, catalisadas pelo movimento da reforma universitária¹⁵; e as lutas operárias, que chegam ao auge com a greve geral em Lima em 1919.

Sem constituir novidade no cenário peruano e sinalizando a irresoluta questão agrária. As lutas camponesas que se emergem neste período trazem consigo novos elementos organizativos e buscará tratar o problema indígena, conectado à questão agrária” (ESCORSIM, 2006, p.24) dando a este um aspecto fundamental da questão nacional. Veremos no tópico sobre os sete ensaios de interpretação da realidade peruana, a importância dada por Mariátegui, a partir de uma crítica marxista, ao trata destas questões.

Novidade no cenário peruano o movimento estudantil traduz o “protagonismo político de um estrato social, cujas expectativas e demandas não cabiam no esquema civilista: o das camadas é médias, proeminentes em especial em Lima e Callao”.(ESCORSIM, 2006, p.24) A principal característica do movimento estudantil “foi o de vincular as suas demandas específicas (Reforma Universitária) a exigências políticas e sociais que diziam respeito aos trabalhadores e grupos subalternos urbanos”. (ESCORSIM, 2006, p.25)

A criação da Universidade Popular González Prada – UPGP é a principal indicadora da aliança estudantil-operária. Organizada pela “Federação dos Estudantes do Peru, cuja a frente estava Haya de la torre, a UPGP dispunha de instrumentos editoriais como a revista Claridad e torna-se um viveiro de experiências pedagógicas e políticas” no Peru dos anos vinte. (ESCORSIM, 2006, p.25)

Caberia ao movimento operário ser o componente mais fundamental no desfecho da crise da república oligárquica “foi a sua ação, em 1919, que conduziu à derrocada de

15 O movimento da Reforma Universitária se origina na Argentina, sob a liderança de estudantes cordobeses e terá ressonância continental através de Alfredo Palácio e no processo peruano foi realçado por Illán.

Pardo, e foi sua unidade com o movimento estudantil que fará com que, nos anos de 1920, os movimentos sociais tenham forte incidência na sociedade peruana”.(ESCORSIM, 2006, p.26)

Após o período de ascenso do movimento sindical, estudantil e popular, marcando a derrota da república Oligárquica, concomitantemente com a consolidação do governo de Leguía. Segue uma onda repressiva em face de setores pequeno-burgueses radicalizados e proletários protagonizada pelo governo, o que levará ao exílio de várias lideranças políticas proeminentes no Peru como Haya de la Torre e Mariátegui.

Ao analisar o processo da educação pública (ou instrução pública), o *Amauta* destaca que, como consequência do domínio espanhol a “Educação nacional não tem um espírito nacional, e sim um espírito colonial e colonizador.” (ESCORSIM, 2006, p.85)

Também, neste elemento dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* aborda a importância do condicionante econômico, não sendo “possível democratizar o ensino de um país, sem democratizar sua economia e, por consequências, sem democratizar a sua superestrutura política”. (MARIATEGUI, 2009, p.115)

Mariátegui (2009, p.90) considera que “com o nascimento de uma corrente socialista e o surgimento de uma consciência de classe no proletariado urbano”, incorpora no debate um novo elemento capaz de modificar os termos colocados pelo estado no tratamento da Educação.

Mariátegui, ao analisar “o processo da educação pública” em sua obra *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, discute, entre outras questões a ligação entre estudantes e proletários. Mariátegui (2008, p.134) observa que “no calor da reforma” ocorreu a formação de núcleos de estudantes que, em estreita solidariedade com o proletariado, se entregaram à difusão de ideias sociais avançadas e ao estudo das teorias marxistas”. Também aponta que “com o nascimento de uma corrente socialista e o aparecimento de uma consciência de classe no proletariado urbano, passa a intervir no debate” às universidades populares.

Após constatar “a solidariedade do movimento estudantil com o movimento histórico geral desses povos”, o autor trata de examinar as características próprias do movimento. Neste exame destaca-se a luta a favor da reforma universitária e “a fundação das Universidades Populares ‘Gonzáles Prada’, a adesão da juventude

universitária ao princípio da socialização da cultura, a ascensão de um novo ideário educacional entre os professores etc. interrompem definitivamente o diálogo erudito e acadêmico entre o espírito democrático liberal burguês e o espírito latifundiário e aristocrático.” (2008, p.160).

Mariátegui (2008, p.160) destaca ainda o problema do analfabetismo e do índio afirmando que “A escola elementar não redime o índio moral e socialmente (2006, p.161)

Mariátegui apresenta uma série de críticas abertas aos partidários do civilismo. Discordando de um dos seus representantes (o Dr Destua), dizendo que “o Dr. Destua se manifesta indiferente às relações do ensino e da economia. Mais ainda, a respeito da economia mostra uma compreensão idealista absoluta (2008, p.157). Mariátegui ressalta que “a solidariedade entre a economia e a educação se revela concretamente nas ideias dos educadores que verdadeiramente se propuseram a renovar a escola (2008, p.158)” citando Pestalozzi e Froebel etc.

Mariátegui (2008, p.159) sublinha a importância da “Escola do Trabalho”, uma vez que:

A Escola do Trabalho representa um novo sentido do ensino, um princípio peculiar de uma civilização de trabalhadores. O Estado capitalista evitou adotá-lo e aplica-lo plenamente. Limitou-se a incorporar no ensino primário (ensino de classe) o “trabalho manual educativo”. Foi na Rússia onde a Escola do Trabalho foi elevada ao primeiro plano da política educacional (...) um conceito moderno de escola coloca na mesma categoria o trabalho manual e o trabalho intelectual (...) a Escola do Trabalho é um produto genuíno, uma concepção fundamental de uma civilização criada pelo trabalho e para o trabalho (2008, p.159).

Além das contribuições teóricas de Mariátegui para o campo da Educação, destacamos aqui o exemplo, a liderança política e as possibilidades de ação revolucionária desenvolvidas. Ao contribuir na formação da Universidade Popular Gonzáles Prada, na construção da Federação dos Estudantes e da Central Geral dos Trabalhadores Peruanos, Mariátegui trilha um caminho da organização e luta revolucionária através destes instrumentos políticos organizativos vinculados a educação.

Conclusão

Conforme afirmamos e desenvolvemos ao longo deste artigo o debate marxista acerca da educação ganha forte impulso a partir da revolução russa de 1917. O impacto deste acontecimento da História Universal fomentou no terreno das práticas educativas

diversos debates e várias experiências educacionais. O debate teórico acerca da onnilateralidade, da politécnia, do princípio educativo, teve na construção da União das Repúblicas Soviéticas – URSS possibilidades objetivas de desenvolvimento. Nos países capitalistas a atuação organizada dos comunistas através dos movimentos sociais, partidos e trincheiras de luta (instituições de ensino), passaram a ter como referência as exitosas experiências soviéticas no campo da educação.

Hoje, podemos conceber e lutar por uma educação para além do capital, na perspectiva revolucionária ou defendermos a promoção da educação sem romper com a “lógica” do capital, como ocorre devido a hegemonia das ideias reformistas. Ao pensar a Educação na perspectiva marxista, devemos simultaneamente pensar o socialismo, ou seja, a viabilidade de mudanças na Educação só se materializa através de transformações substantivas na ordem social.

Podemos extrair das reflexões desenvolvidas por Marx alguns elementos indispensáveis para o debate atual sobre questões relacionadas à educação e ao trabalho. A defesa da Educação Pública, gratuita, laica e de qualidade para todo o povo, teve como ponto de partida a Revolução Francesa no final do século XVIII, e, a perspectiva de uma educação socialista (emancipatória) desenvolveu na experiência inaugurada pela Revolução Russa de 1917. Hoje, na segunda década do século XXI, o horizonte socialista apontado pelo marxismo e as experiências socialistas, nos possibilitam repensar a Educação.

A alternativa à tendência crescente da mercantilização da Educação, não se dará nos limites institucionais do Estado, nem tampouco pela via das instituições formais da Educação. Esta alternativa nasce e se desenvolve a partir dos embates promovidos pelos movimentos sociais ligados à Educação; da acumulação de forças através das lutas; de experiências educacionais originais, criativas e plurais; e da vinculação da Educação a transição socialista rumo à superação do capitalismo. Ser partidário da educação pública, laica, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada significa hoje, na perspectiva marxista, pensar a educação para além do capital, ou seja, rejeitar a concepção liberal de educação que tende de transformar a educação em mercadoria.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mauri. Lênin, Educação e Consciência Socialista. In: SAVIANI,

Demeval & LOMBARDI, José Claudinei. *Marxismo e educação: Debates Contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2006.

CIAVATTA, Maria. O Ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. P.187-206. In: *Trabalho & Educação*. UFMG. Faculdade de Educação. Belo Horizonte: FAE/UFMG, v.23, n.1, jan. /abr.2014.

CUNHA, Daisy Moreira. Trabalho, práxis e formação humana em Gramsci: elementos para um debate. In: *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. NETO, Antônio J. Menezes, CUNHA, Daisy Moreira, FIDALGO, Fernando, SOUZA JUNIOR, Hormindo P, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Org.). São Paulo: Xamã. 2009.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e o trabalho como fundamento da Hegemonia*. In: *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. NETO, Antônio J. Menezes, CUNHA, Daisy Moreira, FIDALGO, Fernando, SOUZA JUNIOR, Hormindo P, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Org.). São Paulo: Xamã. 2009.

ESCORSIM, Leila. *Matiategui vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antônio. COUTINHO, Carlos Nelson (Org.) *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOROKIOV, F. V.I. *Lenin y La pedagogia*. URSS: Editorial Progreso, 1977.

LENIN, Vladimir Ilith. *O que fazer?* São Paulo: Global, 1985.

LENIN, Vladimir. *O Esquerdismo doença infantil do comunismo*. URSS: Edições Progreso, 1986.

LENINE, V. I. *Sobre a Educação*. Volume II. Lisboa: Seara Nova, 1977.

LOMBARDI, José Claudinei. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 347-366, abril de 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. In: NETTO, José Paulo (org.) *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. & ENGELS. F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *Glosas críticas*. São Paulo: expressão popular, 2010.

MARX. K. *O Capital – livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PISTRAK, M.M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Demerval & LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Marxismo e educação: Debates Contemporâneos*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.